

Um caso de “circulação” e “transformação” de património integrado: o túmulo do rei D. Dinis

GIULIA ROSSI VAIRO

Bolseira de Pós-Doutoramento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Instituto de Estudos Medievais, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Portugal, grossivairo@fcs.h.unl.pt

RESUMO:

O artigo analisa o caso de estudo do monumento fúnebre do rei D. Dinis, obra-prima da arte portuguesa da primeira metade dos Trezentos, concebido e esculpido para permanecer no meio da igreja do mosteiro de S. Dinis e S. Bernardo de Odivelas. Não obstante, ao longo dos séculos o túmulo “circulou” dentro do templo: as contínuas movimentações a que foi sujeito alteraram para sempre a relação dialógica e funcional que o sepulcro mantinha tanto com a comunidade religiosa, quanto com o espaço eclesástico, para além de danificá-lo, comprometendo a sua integridade e a sua originária feição.

PALAVRAS-CHAVE:

Escultura tumular; Mosteiro de S. Dinis de Odivelas; Património integrado; Valorização.

No âmbito do debate promovido pelo Congresso *Dinâmicas do Património Artístico – Circulação, Transformações e Diálogos*, o presente artigo propõe um enfoque particular, tomando como ponto de partida para a análise das problemáticas em discussão uma obra-prima da arte medieval portuguesa, exemplo de “património cultural integrado”¹: o monumento fúnebre do rei D. Dinis, conservado na capela do Evangelho da igreja do antigo Mosteiro de S. Dinis de Odivelas. O complexo monástico foi classificado como “Monumento Nacional” em 1910, juntamente com o que restava do seu acervo, incluindo-se neste também o sepulcro régio² (fig. 1).

De facto, o túmulo ainda hoje se encontra no espaço para o qual foi encomendado, concebido e realizado, isto é, a igreja do referido cenóbio cisterciense de S. Dinis e S. Bernardo, fundado pelo rei D. Dinis, de acordo com a rainha consorte D. Isabel, nos arredores de Lisboa, em finais do século XIII. Contudo, como haverá maneira de argumentar neste texto, ao longo dos séculos o mausoléu sofreu movimentações que determinaram a sua parcial, mas significativa, descontextualização e consequente perda de integridade e unidade semiológica, danificando material e imaterialmente a obra. Para remediar os estragos sofridos, não só por causa de eventos catastróficos naturais, mas também por mão dos homens, o sarcófago foi igualmente sujeito a intervenções de restauro que, não obstante os bons propósitos, acabaram por transformar o monumento, alterando para sempre a sua originária feição.

Esta dupla acção “transfiguradora” – de *circulação* e de *transformação* – obriga-nos a repensar e restabelecer o *diálogo* da obra que hoje observamos com aquela que o rei encomendou assim como com o contexto para o qual foi concebida, nomeadamente por via de uma sua recontextualização, tanto histórica quanto, desejavelmente, espacial.

Uma obra-prima da escultura medieval europeia: o monumento fúnebre do rei D. Dinis

O mausoléu do rei D. Dinis (arca: 292 x 137 x 98 cm; suportes: 76/82 x 36 cm) foi o primeiro sarcófago monumental realizado para um soberano no reino de Portugal medievo³. Atualmente compõe-se de uma arca paralelepípedica, decorada nos quatro faciais, assente em seis bases e encimada por uma tampa com jacente. Está esculpido numa pedra de origem sedimentária, branda, muito clara e fácil de trabalhar. Originalmente era completamente pintado, sendo hoje visíveis vestígios da policromia original – ocre, vermelho, azul, castanho, verde – em todos os seus componentes.

No que respeita à sua iconografia, profundamente erudita e embebida na espiritualidade cisterciense, o túmulo do rei D. Dinis atesta-se como um *unicum* no panorama da arte portuguesa da primeira metade do século XIV e uma peça emblemática da escultura medieval europeia.



Fig. 1 – Atual colocação do túmulo do rei D. Dinis; capela do Evangelho, igreja de S. Dinis, Odivelas. Fotografia de José Custódio Vieira da Silva.

Executado entre 1318 e 1324, quando D. Dinis ainda estava vivo, o rei teve a possibilidade de contribuir para a definição do seu programa iconográfico que se desenvolve, de forma coerente, desde os suportes até ao jacente. Este celebra as virtudes do príncipe cristão, zelador da fé católica, justo, forte, prudente, leal, simbolizadas nos grupos plásticos dos suportes, e recorda aos fiéis, leigos e reli-

giosos, o caminho a seguir para aspirar à perfeição cristã, promessa de Salvação, inspirando-se no *exemplum* dos monges e das monjas da ordem cisterciense que surgem representados dentro de edículas nos faciais maiores da arca. Nomeadamente, na edícula colocada debaixo da cabeceira encontra-se o próprio monarca, retratado de joelhos, próximo de um presbítero no ato de proclamar a palavra de Deus, e em oração, sendo ele a única figura de todo o conjunto retratada nesta atitude humilde e devota. Quanto ao jacente, desconhecem-se a original efígie do soberano, os atributos que o acompanhavam e a posição das mãos, uma vez que a estátua, mas também a arca, sofreu diversos e grosseiros restauros, a partir da segunda metade do século XVIII, cujo objetivo foi reconstruir mais do que recompor, na tentativa de reparar os graves estragos provocados pelo catastrófico terramoto de 1755. Estes culminaram no restauro executado entre 1862 e 1887, que alterou para sempre a imagem do rei, não correspondendo àquela que o próprio D. Dinis aprovara para que fosse transmitida aos vindouros.

Recentemente, entre Dezembro de 2016 e Janeiro de 2017, o sarcófago beneficiou de uma intervenção conservativa, constando apenas de uma limpeza da sua superfície e consolidação de alguns fragmentos que se encontravam soltos. Foi realizada pela empresa 4K, resultando da parceria entre a Direção-Geral do Património Cultural, responsável pela tutela dos Monumentos Nacionais, e a Câmara Municipal de Odivelas, constituindo esta o primeiro ato para, num futuro próximo, avançar com um mais concreto restauro que vise a definitiva recuperação do monumento.

As deslocações do túmulo (sécs. XIV-XX)

No testamento datado de 20 de Junho de 1322, o rei D. Dinis mandava que o seu *moimento* fosse colocado na nave central, no meio da igreja do mosteiro de S. Dinis e S. Bernardo de Odivelas, entre o coro e a capela-mor⁴. Desta forma, o túmulo, por um lado era literalmente “atravessado” pelas orações e pelos louvores que as religiosas, do interior da clausura, elevavam a Deus em direção ao altar-mor; e,

por outro, era objecto das preces e dos ofícios divinos por parte dos cinco capelães nomeados em 1318 especificamente para a celebração de cinco missas quotidianas pela alma do rei e dos seus familiares junto ao sepulcro, sobre o qual teriam lançado água benta⁵. Além disso, ao reformar as *ordenações* da comunidade monástica, em 1319 o soberano autorizava as monjas, a pedido delas, a saírem da clausura de modo a entrarem na igreja e recolher-se em oração à volta do mausoléu, simbólica etapa final de uma procissão cujo itinerário iniciava no interior do coro e terminava no espaço eclesiástico junto ao monumento⁶.

Nesta perspectiva, o sarcófago do rei D. Dinis tornava-se parte integrante do projecto monumental do mosteiro de S. Dinis e S. Bernardo, elevado a panteão régio justamente em 1318⁷, segundo ponto focal do templo, depois do altar-mor, e de convergência das orações das donas e dos capelães. Desta forma, o monarca “morto e vivo”, uma vez que a sua estátua o mostra de olhos fechados, mas, simultaneamente, em oração na edícula debaixo da cabeceira, aparecia como eterno participante das celebrações eucarísticas e, ao mesmo tempo, beneficiário dos actos litúrgicos. Deste modo, a igreja vinha a assumir o estatuto de panteão régio, assim como de majestosa e articulada capela particular⁸.

As disposições do rei a propósito da colocação do seu túmulo, mantiveram-se possivelmente inalteradas até pelo menos meados do século XVI, quando Cristóvão Rodrigues de Oliveira, no seu *Sumário* (1554), refere que, na altura, o monumento se conservava «na igreja no meo della de banda da Epístola», isto é, já não no centro exacto, mas ligeiramente trasladado para o lado esquerdo⁹.

Nesta posição permaneceu até aos meados do século XVIII. Para a centúria anterior dão testemunho desta situação a rápida passagem de Francisco Brandão na *Monarquia Lusitana* (1650)¹⁰ e a descrição fornecida por George Cardoso no *Agiológico Lusitano* (1652)¹¹. Nomeadamente este autor acrescenta que, naquele tempo, o monumento, rodeado de grades de ferro, fora transferido para o lado da epístola para consentir às religiosas a possibilidade de assistir às missas e aos ofícios divi-

nos desde o coro, uma vez que o mausoléu, como estava posicionado antes, impedia completamente a visão do altar-mor. Além disso, o escritor enfatiza que o túmulo do rei «é hoje a primeira coisa que se oferece à vista aos que entram na dita igreja»¹² (fig. 2).

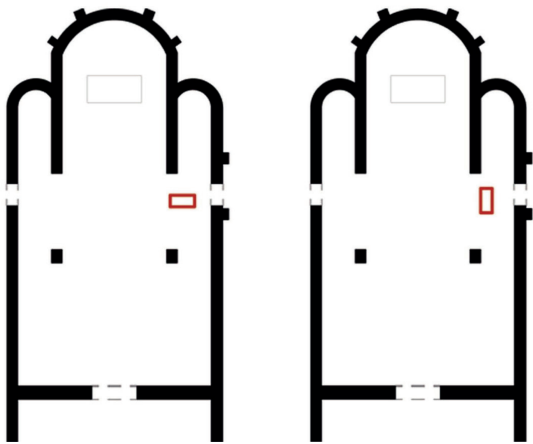


Fig. 2 - Hipóteses de colocação do túmulo do rei D. Dinis dentro da igreja do lado da Epístola (meados do séc. XVII). Elaboração gráfica: arq. Alessandra Perluigi.

Face a estas informações, deduz-se que o pedido das monjas esteve na base, provavelmente já no século XVI, da transferência do sepulcro, agora protegido por grades de ferro (acerca das quais atualmente se ignora se eram previstas desde o princípio, ou, em alternativa, quando foram colocadas e qual a urgência por detrás desta intervenção)¹³. Esta específica circunstância prende-se com o processo de reforma e a evolução vivida pela Ordem de Cister entre os finais do século XV e ao longo do século XVI¹⁴, quando às donas já não bastava “ouvir”, mas precisavam de “ver”, mesmo que enclaustradas, as celebrações. A permissão para a mudança de posicionamento do sarcófago, em detrimento das últimas vontades do fundador, veio da casa-mãe da ordem em Portugal, a abadia de Santa Maria de Alcobaça, de que dependiam, em detrimento das últimas vontades do fundador. Além disso, vale a pena destacar que, após esta movimentação, o monumento já não ocupava um espaço simbólico e liturgicamente preeminente dentro do templo, mas um lugar estrategicamente relevante para

os fiéis que entrassem na igreja, uma vez que o impacto visual favorecia quem vinha de fora, não quem estava dentro.

Após o terramoto de 1 de Novembro de 1755, a comunidade resolveu mandar trasladar o túmulo dentro da capela do Evangelho, quiçá com o intuito de protegê-lo de ulteriores possíveis catástrofes, uma vez que a cabeceira não sofreu os mesmos ingentes danos do corpo da igreja e também para poder realizar as obras de reconstrução e reestruturação neste. Nesta sequência, o monumento ficou literalmente “encaixado” na horizontal no absidiolo, que mede em largura pouco mais do que o próprio sarcófago¹⁵, proporcionando à vista o facial das monjas, talvez porque evocativo da comunidade monástica residente.

Um testemunho de excepção informa-nos sobre este novo arranjo: trata-se do poeta, escritor e dramaturgo João Baptista da Silva Leitão de Almeida Garrett, pioneiro da salvaguarda do património cultural e monumental da Nação portuguesa¹⁶, que na sua obra *Lyrical de João Mínimo*, impressa em Londres em 1829, dá conta do curioso encontro havido durante um passeio feito a Odivelas¹⁷. Ao referir a visita à igreja, o autor lamenta o estado miserável de abandono em que acha a igreja toda e o sepulcro régio, envolto pela obscuridade e irremediavelmente «desfigurado, mascarado, emplastado», devido às malfeitorias realizadas no monumento, cuja responsabilidade atribui à comunidade religiosa, na tentativa de remediar os estragos causados pelo sismo.. Contudo, refere que o desastroso restauro só se concentrava num dos frontais maiores da arca, o das monjas, destacando que o outro, o dos monges, que conseguiu ver passando através da estreita passagem entre a parede da capela e o mausoléu, ainda conservava «a sua primitiva, rude elegância»¹⁸. É esta uma informação deveras importante para a história conservativa da peça, para além de revelar que o critério que orientou os reparos foi a visibilidade e portanto estes contemplaram exclusivamente a parte à vista, deixando o resto no estado em que se encontrava aquando da intervenção.

Efectivamente esta colocação, para além de desconsiderar a vontade do soberano e desvalorizar a função originária do monumento

dentro do espaço eclesiástico, afetava profundamente a sua apreciação.

No entanto, cenários bem piores se perfilavam no horizonte, pois em 1893 foi ventilada a possibilidade de trasladar «os ossos delRey D. Diniz bem como o seu mutiladíssimo túmulo» para a igreja de Santa Clara (a Nova) de Coimbra, uma vez que o bispo-conde obtivera a autorização do Governo para a sua mudança. Contudo a Comissão dos Monumentos Nacionaes opôs-se resolutamente a esta eventualidade, argumentando que nenhum sepulcro poderia ser retirado do lugar para o qual fora criado, assim como que deveria ser respeitada a vontade do monarca, exactamente como acontecera no caso da rainha D. Isabel¹⁹

Esquivado o perigo de transferência, o mausoléu permaneceu no arranjo registado por Almeida Garrett até 1938. Nesta altura voltou a ocupar um lugar destacado sendo posicionado no centro da igreja, cuja planta tinha sido já profundamente modificada pelas obras de reconstrução pós-terramoto, desaparecendo então a divisão em três naves e tornando-a numa igreja de nave única com capelas laterais (fig. 3).



Fig. 3 – Colocação do túmulo do rei D. Diniz no centro da igreja de S. Dinis, Odivelas (de 1938 a 1961). Fotografia SIPA 00507391.

Porém, nos finais dos anos 40, durante a campanha de reestruturação e remodelação que rumou em 1946 e envolveu o interior da igreja, o largo e alguns locais do mosteiro, o monumento foi deslocado outra vez para a capela do Evangelho, posicionado da mesma maneira referida por Almeida Garrett,

para depois, a partir de 1951, ser trasladado para fora do próprio templo, sendo alojado na capela de Nicolau Ribeiro Soares, ao lado da entrada do edifício onde permaneceu cerca de dez anos (fig.4).

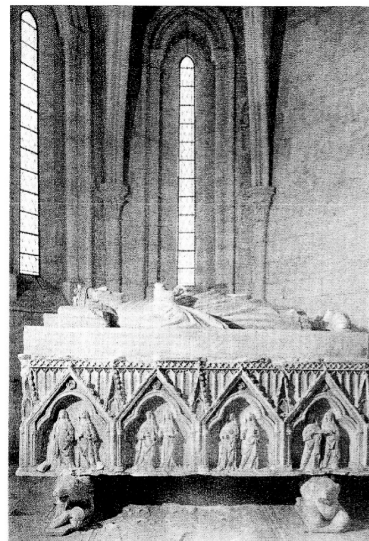


Fig. 4 – O túmulo do rei D. Diniz na capela de Nicolau Ribeiro Soares (1951-1961). *D. Diniz e o Mosteiro de Odivelas*, catálogo da exposição, Câmara Municipal de Odivelas, Odivelas, 1961.

Terminados estes trabalhos, em 1961 o túmulo reentrou no espaço eclesiástico, já não ocupando o centro deste, mas sendo definitivamente posicionado na capela do Evangelho²⁰.

Na verdade, inicialmente, a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, assim como a Direcção dos Serviços dos Monumentos Nacionais, pensaram recolocá-lo em posição central, como antigamente estava situado²¹. Todavia, mais uma vez foi levantada objeção, agora por parte da nova comunidade residente do mosteiro, isto é, a do Instituto de Odivelas, colégio sob a tutela do Exército português, destinado exclusivamente ao ensino de estudantes de sexo feminino, desde 1900 sediado nos locais do antigo cenóbio de S. Dinis²². De facto, a direcção da escola pedira «insistentemente» que o sarcófago não ocupasse o centro da igreja, pois teria afetado «profundamente a vida religiosa e até disciplinar do Instituto». Acrescentava ainda que «em certas cerimónias religiosas, como comunhões solenes, procissões etc, o túmulo, na coixa central, impediria a boa

ordem dessas cerimónias e perturbaria a sua solenidade», sugerindo então que fosse colocado na capela do Evangelho onde já estivera²³.

Seguiu-se uma discussão na qual a Direcção dos Serviços dos Monumentos Nacionais defendia a oportunidade de repor o túmulo no eixo da igreja, justificando que não afectaria o culto nem ocuparia muito espaço. Não obstante, não querendo «criar complicações», foi aceite a proposta do Instituto de Odivelas: constatado que a sua colocação na capela fora da igreja não valorizava o mausoléu e querendo «tentar uma solução intermédia», a diretora do colégio propôs que o sarcófago fosse transferido para o absidíolo esquerdo onde teria ficado «perfeitamente integrado na igreja», garantindo esta localização «a sua correcta observação», podendo ser visitado «em boas condições»²⁴.

Foi assim que as exigências da comunidade escolar prevaleceram sobre a obrigação de preservar a memória régia que, na realidade, aquela era chamada a custodiar, sendo que, na altura, o Instituto de Odivelas era administrador da igreja e do mosteiro de S. Dinis e S. Bernardo. A partir deste momento, o monumento de D. Dinis ficou “embargado” na capela do Evangelho, sendo antes “encaixado” na horizontal e, a seguir, “enfado” na vertical, como ainda hoje se encontra.

Para a valorização do túmulo de

D. Dinis *ad futuram Regis memoriam*

Entre as consequências das deambulações ao longo dos séculos de que foi dado conta, para além do gradual e inexorável agravamento da relação dialógica entre o monumento e o espaço a que este se destinava, assim como entre o monumento e a comunidade, antes monástica depois escolar, responsável pela sua custódia e salvaguarda, regista-se a perda da sua integridade, devido à deterioração e às manipulações de que foi alvo, que modificaram radicalmente a sua feição. A este propósito, é suficiente comparar os testemunhos iconográficos de que dispomos para reparar nas movimentações que sofreram os suportes da arca, que quase nunca se encontram na mesma posição ou até, nalguns casos, desaparecem. Ao mesmo

tempo, esta circulação dentro do espaço eclesial denuncia o progressivo prejuízo para o monumento do seu valor intrínseco de memória régia, assim como de obra de arte, uma vez que só na segunda metade do século XX, no debate à volta do seu reposicionamento entrou a questão dos estragos provocados pelas contínuas mudanças, tentando-se então cogitar um sistema para reduzir ao máximo os possíveis danos na estrutura.

Na verdade, a opção tomada em 1961 em nome das boas relações entre o Instituto de Odivelas e as instituições responsáveis pela salvaguarda dos Monumentos Nacionais não permite, atualmente, a apreciação global do sepulcro, sendo impossível até tirar-lhe uma fotografia, impedindo qualquer tipo de diálogo estético entre este e o visitante.

Face à situação actual, foi elaborado o projecto *Ad futuram Regis memoriam: o restauro do túmulo do rei D. Dinis*, concebido e integrado no meu Programa de Trabalhos de Pós-Doutoramento²⁵. O projecto, ainda em curso, pretende proporcionar a um público de especialistas e não especialistas um estudo histórico-artístico, resultante da investigação histórica, arquivística, estilística, iconográfica e formal sobre o monumento fúnebre de D. Dinis, que sirva de complemento à leitura da sua materialidade a cargo de profissionais do sector. A investigação propõe acompanhar (ou proceder em paralelo com) a futura intervenção de restauro, que se espera possa executar-se em breve, tendo em vista a definitiva recuperação do sarcófago. O projecto nasce de uma premissa tanto simples quanto fundamental pela qual estudar uma peça corresponde ao primeiro ato de um processo de valorização mais abrangente, pois somente conhecendo e reconstruindo a história de uma obra de arte podemos imaginar o seu futuro.

A este propósito, entre as iniciativas consideradas no âmbito do projecto, encontra-se a possibilidade de recolocar o sepulcro régio no meio da igreja, ação que não quer simplesmente olhar para o passado, mas sim para o futuro. De facto, esta operação garantiria a sua plena compreensão e fruição estética, para além de visar reestabelecer ué diálogo com o espaço, embora muito transformado, para o qual o túmulo foi

esculpido e com a nova comunidade que com este hoje em dia se relaciona, isto é, os fiéis que frequentam o edifício de culto, mas também os estudiosos e os apreciadores do património histórico-artístico português.

Perante as legítimas objeções que poderão ser levantadas pela comunidade local, a minha tarefa como historiadora de arte é contribuir para vencer as perplexidades e as resistências, dando a conhecer a história da peça, divulgando o seu valor patrimonial, defendendo a oportunidade de uma intervenção museográfica e museológica, que só poderá ser concebida em conjunto com a autarquia e as instituições responsáveis pela tutela do património cultural artístico e monumental, sendo que o meu objetivo é unicamente o de valorizar uma obra-prima da arte medieval portuguesa e, em última análise, contribuir para o melhor entendimento de uma figura preeminente da História de Portugal, o rei D. Dinis, cujo monumento fúnebre foi realizado justamente para eternizar e celebrar a sua memória junto dos vindouros.

1 Para uma reflexão atualizada sobre o conceito de “património cultural integrado”, veja-se: NASCIMENTO, Virgínia Glória Abreu, ALVES, Alice Nogueira – *O património integrado em monumentos em funcionamento*. Conferência apresentada no Congresso Íbero-americano Património suas matérias e imatérias, Lisboa, LNEC/CRIA/CEI-IUL, 2-3 de Novembro de 2016. https://www.researchgate.net/publication/310806333_O_patrimonio_integrado_em_monumentos_em_funcionamento (última consulta: 24 de Abril de 2018).

2 *Decreto de 16 de Junho de 1910*. Diário do Governo, Iª série, 136: 23 de Junho de 1910.

3 Sobre o monumento fúnebre do rei D. Dinis, permito-me de remeter para um meu ensaio de recente publicação: ROSSI VAIRO, Giulia – *Un caso emblematico (e dimenticato) della scultura funeraria trecentesca europea: il monumento funebre del re Dinis di Portogallo (1279-1325)*. *Arte Medievale*, Silvana editoriale, Milão, 2017, pp. 167-192.

4 Para a transcrição do testamento do rei D. Dinis de 20 de Junho de 1322, veja-se SOUSA, António Caetano – *Provas da História genealógica da Casa real portuguesa*, Atlântida – Livraria Editora, Coimbra, 1946-1957, tomo I, pp. 125-132; cf. p. 125: «Primeiramente dou a minha alma a Deos, et a Sancta Maria sa Madre, e mando soterrar meu corpo no meu Mosteiro de Sam Dinis de Odivellas que eu fundey, e fiz e dotei antre o Coro e a dussia maior hu eu mandei fazer sepultura para mim».

5 1318 Outubro 1, Frielas: Arquivo Nacional da Torre do Tombo (A.N.T.T.), Mosteiro de S. Dinis de Odivelas, Lv. 3, fls. 165r-171r (transunto datado de 1678 Julho 15, Lisboa).

6 1319 Setembro 6, Mosteiro de Odivelas: A.N.T.T., Gavetas, 1, mç. 1, n. 10 e *Ibidem*, mç. 4, n. 10; 1319 Setembro 9, Lisboa: A.N.T.T., Chancelaria D. Dinis, Lv. 3, f. 127r.

7 Sobre a instituição do panteão régio de Odivelas, veja-se: ROSSI VAIRO, Giulia – *O Mosteiro de S. Dinis de Odivelas, panteão régio (1318-1322)*. SANTOS, Carlota (coord.), *Família, Espaço. Património*, CITCEM, Braga, 2012, pp. 433-448.

8 ROSSI VAIRO, Giulia – *Da Abadia de Santa Maria de Alcobaça ao Real Mosteiro de São Dinis e São Bernardo de Odivelas: o projecto monumental dos reis D. Dinis e D. Isabel para o novo panteão régio*. CARREIRAS, José Albuquerque (org.), *Actas do Congresso Internacional Mosteiros cistercienses – Passado, Presente e Futuro*, Jorlis, Alcobaça, 2013, vol. II, pp. 281-293.

9 OLIVEIRA, Cristóvão Rodrigues de – *Sumário em que brevemente se contem algumas cousas assi eclesiásticas como seculares que ha na Cidade de Lisboa*, em casa de Germão Galharde, Lisboa, 1554, p. 37. Sabe-se que, na altura, a igreja tinha três naves, sendo a mediana maior das laterais. Ora, da breve descrição do *Sumário* não se percebe se o monumento foi trasladado na nave lateral, do lado da Epístola, ou se permaneceu na nave central, no meio do templo, embora pendendo ligeiramente para à esquerda. Mesmo assim, pessoalmente propendo para esta segunda possibilidade.

10 BRANDÃO, Frei Francisco – *Monarquia Lusitana. Parte VI*,

Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa, 1980, p. 481.

11 CARDOSO, George – *Agiolégio Lusitano*, na Officina Craesbeekiana, Lisboa, 1652, tomo I, p. 105.

12 *Ibidem*: «[o rei] se mandou n'ella [na igreja] sepultar em soberbo mausoléu de pedra, rodeado de grades de ferro, o qual antigamente estava no meio da egreja, pelo que impedia totalmente, que podessem as religiosas do côro ver as missas e officios divinos do altar-mor, e por esta causa o passaram à banda da epístola na mesma confrontação. Pelo que é hoje a primeira coisa que se offerece à vista aos que entram na dita egreja».

13 BRANDÃO – *Monarquia Lusitana. Parte VI*, cit. O cronista acrescenta que as grades de ferro eram altas, figurando nas pontas das balaustradas escudetes com as armas de Portugal e as cruzes da Ordem de Cristo. Na sua obra Cristóvão Rodrigues de Oliveira não refere da existência de grades, circunstância que pode levar a supor que estas foram colocadas depois de 1552. Não obstante, temos que considerar que o túmulo da rainha consorte Isabel, realizado para a igreja de S. Clara e S. Isabel de Coimbra, se encontrava rodeado por grades desde à origem. Portanto, é possível que também o monumento de D. Dinis fosse protegido por grades desde o século XIV.

14 Sobre a história e o processo de reforma vivido pela Ordem de Cister entre os finais do século XV e ao longo do século XVI, veja-se a “Introdução histórica” do volume: GOMES, Saul António – *Visitações a Mosteiros Cistercienses em Portugal séculos XV e XVI*, Instituto Português do Património Arquitectónico, Lisboa 1998, pp. 2-56.

15 A capela do Evangelho mede em largura 390 cm e em profundidade 792,5 cm.

16 Sobre o papel e ação desenvolvidos por Almeida Garrett na origem da uma tomada de consciência relativamente à salvaguarda do património arquitectónico nacional português, veja-se: SOARES, Clara Moura, NETO, Maria João – *Almeida Garrett A ‘Viagem’ e o Património*, Caleidoscópio, Lisboa, 2015, e especialmente pp. 117-124.

17 ALMEIDA GARRETT, João Baptista da Silva Leitão de, *Lyrice de João Mínimo. Publicada pelo auctor do resummo de Historia, de Língua e Poe-*

sia Portuguesa, do Poema Camões, D. Branca, Adozinda, etc., Sustenance e Stretch, London, 1829.

18 *Ibidem*, p. XXVII: «Desfigurado, mascarado, emplastado da ignorância e perverso gôsto d'estes monges das idades barbaras: que taes e peiores são estes aqui [...] Passámos com dificuldade por entre um dos lados do monumento e a parede da capellinha, e descubri a face oposta do sarcophago, a qual nã estava emplastada e se conservava em sua primitiva rude elegancia: - um lavor gothico simples, com sua orla semeada de escudos de Portugal, ao uso antigo, de muitos castellos (i. é: mais de sette no escudo algarvio exterior) e várias inscripções latinas em lettra monachal. A luz do crepusculo escasseava ja: não pude decyphrar nenhuma das inscripções: - e era impossível, creio eu, porque os começos e complementos estavam nos outros tres lados do tumulo enterrados no malditto estuque iconoclastico».

19 1893 Novembro 5, Lisboa, *Rascunho de officio da Comissão dos Monumentos Nacionais para o Ministro e Secretário de Estado dos Negócios das Obras Públicas, Comércio e Indústria*: A.N.T.T., Academia Nacional de Belas Artes, Minutas, fls. 28-31.

20 Para o registo das campanhas de obras realizadas ao longo dos séculos XX, veja-se a ficha de autoria de NOÉ, Paula (1991) e FIGUEIREDO, Paula (2012) – *Mosteiro de Odivelas/Mosteiro de São Dinis e São Bernardo/Instituto de Odivelas*. http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=4067 (última consulta: 15 de Maio de 2018).

21 1961 Abril 28, Lisboa, *Transferência do túmulo de D. Dinis de uma capela para a nave. Memória da 1ª Secção da Repartição Técnica da Direcção dos Serviços dos Monumentos Nacionais*: Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (D.G.E.M.N.), Igreja do Mosteiro de Odivelas. Túmulo de D. Dinis, DSARH-010/127-0029.

22 Sobre a história e o processo de reconversão do complexo monástico de S. Dinis e S. Bernardo de Odivelas, veja-se ROSSI VAIRO, Giulia – *O complexo monástico de S. Dinis de Odivelas: da clausura a colégio militar, a ...?*. Revista de História da Arte – Da Cidade sacra à Cidade Laica. Dinâmicas urbanas e novas memórias. Série W 5/2016, Instituto de História da Arte - Faculdade

de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2017, pp. 129-140.

23 1961 Agosto 18, Odivelas, *Carta da subdirectora do Instituto de Odivelas Ofélia Serra Martins para a Direcção dos Serviços dos Monumentos Nacionais*: D.G.E.M.N., Igreja do Mosteiro de Odivelas. Túmulo de D. Dinis, DSARH-010/127-0029.

24 1961 Setembro 23, Lisboa, *Ofício da Direcção dos Serviços dos Monumentos Nacionais para a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*: *Ibidem*.

25 O projecto *Ad futuram Regis memoriam: o restauro do túmulo do rei D. Dinis* reentra no âmbito do meu Programa de Trabalhos de Pós-Doutoramento intitulado *O Mosteiro de S. Dinis de Odivelas, memória do País: o Monumento e o Património*, contemplado por uma bolsa de Pós-Doutoramento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (SFRH/BPD/108772/2015). O projecto *Ad futuram Regis memoriam: o restauro do túmulo do rei D. Dinis* foi apresentado ainda em fase de candidatura à FCT, nos seus conteúdos, em 2015, e publicamente, em janeiro de 2016, perante uma equipa interdisciplinar, constituída por académicos, profissionais da tutela, do restauro e funcionários da Câmara Municipal de Odivelas.